



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAROLINE LEINEKER DE OLIVEIRA

**CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO EM
PERIÓDICOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS NO PERÍODO DE 2010 A 2018**

CURITIBA

2020

CAROLINE LEINEKER DE OLIVEIRA

**CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO EM
PERIÓDICOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS NO PERÍODO DE 2010 A 2018**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como pré-requisito para obtenção do título de Especialista em MBA – Auditoria Integral.

Orientador: Prof. Dr. Blênio Cezar Severo Peixe

CURITIBA

2020

A Deus que nos criou e foi criativo nesta tarefa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pela vida e força que me foi concedida, pela oportunidade e privilégio de realizar esse sonho.

Agradeço ao meu Orientador Prof. Dr. Blênio Cezar Severo Peixe, pelo incentivo, presteza no auxílio e esclarecimento de dúvidas, no andamento e normatização desta Monografia, onde com toda certeza sua colaboração e empenho foram fundamentais para conclusão de mais essa etapa.

Agradeço aos meus familiares pela paciência em muitos momentos de minha ausência e também pela colaboração de minha irmã Isabela.

E por fim agradeço aos meus colegas pela troca de informações e conhecimentos compartilhados.

“Challenge your assumptions, so that you can find your truths.”

Adam Braum

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo levantar, verificar, identificar e apresentar os principais estudos sobre *compliance* e controle interno em periódicos nacionais e internacionais no período de 2010 a 2018. Trata-se de pesquisa quanto aos objetivos de natureza descritiva e explicativa. E quanto a tipologia dos procedimentos é bibliografia e documental. Quanto à abordagem do problema de pesquisa classifica-se em qualitativa. Os resultados obtidos indicam que a constatação sobre o referido tema é restrita, já que de um total de 152 artigos atrelados ao problema da pesquisa, somente 13 abordam da temática apresentada, dentre os quais se apresenta 6 nacionais e 7 internacionais. Em relação ao número de publicações por ano dos artigos selecionados para análise, nota-se que sua maioria foi publicada no ano de 2014, com o número de 5 artigos correspondendo a 38,46% do total de artigos selecionados. Nos anos de 2011 e 2013 não foi selecionado nenhum artigo para análise. Os anos de 2010, 2016, 2017 e 2018 tiveram um artigo selecionado cada, nos anos de 2012 e 2015 foram selecionados dois artigos cada. Demonstra-se para as organizações como se dão esses conceitos na prática, ou seja, como implementá-los, onde aplicá-los e como mantê-los atualizados em função da atuação da entidade. Considerando que tais aspectos promovem para os administradores e conselho fiscal a total transparência e conformidade em suas operações para todas as entidades envolvidas, bem como a necessidade e os benefícios do controle interno e *compliance*. Ademais, foi sugerido que sejam realizadas novas pesquisas para comparação, dadas as limitações do estudo em tela.

Palavras-chave: Controle Interno, *Compliance*, Conformidade, Transparência.

ABSTRACT

The purpose of this study is to survey, verify, identify and present the main studies on compliance and internal control in national and international journals from 2010 to 2018. This is a research about the descriptive and explanatory objectives. And the type of procedures is bibliography and documentary. Regarding the approach to the research problem, it is classified as qualitative. The results obtained indicate that the finding on the referred topic is restricted, since of a total of 152 articles linked to the research problem, only 13 address the theme presented, among which 6 are national and 7 international. Regarding the number of publications per year of the articles selected for analysis, it should be noted that most of them were published in 2014, with the number of 5 articles corresponding to 38.46% of the total of selected articles. In the years 2011 and 2013, no article was selected for analysis. The years 2010, 2016, 2017 and 2018 had one article selected each, in the years 2012 and 2015 two articles were selected each. It demonstrates to organizations how these concepts take place in practice, that is, how to implement them, where to apply them and how to keep them updated depending on the performance of the entity. Considering that such aspects promote to the administrators and the fiscal council the total transparency and compliance in their operations for all the entities involved, as well as the need and benefits of internal control and compliance. In addition, it was suggested that further research be carried out for comparison, given the limitations of the study on screen.

Key words: Internal Control, Compliance, Transparency.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA DE PERIÓDICOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	36
---	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – RELAÇÃO DOS ARTIGOS SELECIONADOS	38
TABELA 2 – NÚMERO DE PUBLICAÇÕES DOS ARTIGOS POR ANO	40
TABELA 3 – PRINCIPAIS TEMAS – PALAVRAS-CHAVE.....	40
TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS DA PESQUISA QUANTO AOS OBJEITVOS.....	41
TABELA 5 – DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS POR PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	42
TABELA 6 – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES UTILIZADOS DOS ARTIGOS	42
TABELA 7 – DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS POR MÉTODO DE ABORDAGEM DO PROBLEMA.....	43
TABELA 8 – DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS PELO MODO DE ANÁLISE DOS DADOS	44
TABELA 9 – CONSOLIDAÇÃO DOS ACHADOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA DOS ARTIGOS ESTUDADOS.....	46

LISTA DE SIGLAS

- ABBI – Associação Brasileira de Bancos Internacionais
- AICP – American Institute of Certified Accountants
- BCB – Banco Central do Brasil
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- COSO – Committee of Sponsoring Organizations
- EUA – Estados Unidos da América
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- SOX – Lei Sarbanes Oxley

LISTA DE ABREVIATURAS

art. – artigo

ed. – edição

nº – número

p. – página

v. – volume

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1 CONTEXTO E PROBLEMA.....	14
1.2 OBJETIVOS.....	15
1.2.1 Objetivo Geral.....	15
1.2.2 Objetivos Específicos.....	15
1.3 JUSTIFICATIVAS	16
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1 CONTROLE INTERNO.....	17
2.1.1 Conceito de Controle Interno.....	19
2.1.2 Origem do Controle Interno	20
2.1.3 Objetivos do Controle Interno.....	22
2.2 COMPLIANCE	24
2.2.1 Conceito de <i>Compliance</i>	26
2.2.2 Origem do <i>Compliance</i>	27
2.2.3 Implementação do Sistema de Controle Interno e <i>Compliance</i> no Brasil.....	30
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	32
3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS	32
3.2 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS PROCEDIMENTOS.....	33
3.3 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA	34
3.4 LEVANTAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES.....	35
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	38
4.1 NÚMERO DE PUBLICAÇÕES POR ANO.....	38
4.2 CLASSIFICADOS POR TEMAS RELACIONADOS AO SETOR PÚBLICO.....	40
4.3 TIPOLOGIAS DA PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS.....	41

4.4	TIPOLOGIAS DE PESQUISA QUANTO AOS PROCEDIMENTOS.....	41
4.5	TIPOLOGIAS DA PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM METODOLÓGICA	43
4.6	TIPOLOGIAS QUANTO À ANÁLISE DOS DADOS	43
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
	REFERÊNCIAS	48

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO E PROBLEMA

O aspecto econômico, onde as operações entre empresas são cada vez maiores e representativas, é indispensável que as mesmas estabeleçam garantias no que tange a integridade, legitimidade e legalidade dos procedimentos desenvolvidos, tendo em vista que os mecanismos de controle interno integram uma ferramenta de extrema utilidade para a organização. De acordo com Franco e Marra (2001), devem ser focados para a vigilância, fiscalização e verificação administrativa, de maneira que seja possível prever, observar, dirigir ou governar os fatos ocorridos na empresa.

A análise dos periódicos pretende contribuir para o desenvolvimento e ampliação dos conceitos e práticas de controle interno e *compliance* nas organizações e também revelar a compreensão assertiva dessas duas vertentes para o progresso organizacional.

Para atender aos objetivos desse estudo, foram realizadas análises bibliométricas em artigos publicados durante os anos de 2010 a 2018, utilizando dos principais periódicos nacionais e internacionais que desenvolvem a temática em questão. Desta maneira, o presente trabalho é justificado pela importância de serem mapeados os aspectos que dizem respeito à produção científica internacional e brasileira. Por meio dessa análise, acredita-se que empresários e pesquisadores devem ter embasamento para realização de seus trabalhos e implementações em suas empresas. Pergunta: Como dimensionar os estudos sobre controle interno *compliance* e em periódicos nacionais e internacionais no período de 2010 a 2018?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Este estudo tem como objetivo levantar, verificar, identificar e apresentar os principais estudos sobre controle interno e *compliance* em periódicos nacionais e internacionais no período de 2010 a 2018.

1.2.2 Objetivos Específicos

- (a) Levantar os estudos realizados no período de 2010 a 2018 sobre as palavras-chave “controle interno” e “*compliance*”.
- (b) Verificar o título e resumo que compõe as palavras controle interno e *compliance*.
- (c) Identificar os principais estudos sobre “controle interno” e “*compliance*”.
- (d) Apresentar os resultados consolidados sobre os principais estudos relacionados ao “controle interno” e “*compliance*”.

1.3 JUSTIFICATIVAS

Do ponto de vista teórico, o estudo tem o objetivo de consolidar e apresentar os principais estudos entre periódicos nacionais e internacionais publicados entre os anos de 2010 a 2018. Fornecendo assim, um completo conceito, regulamentação e prática sobre os temas abordados.

As obras analisadas demonstram na perspectiva prática aplicada como as organizações devem vislumbrar o controle interno e *compliance*. Provedo para as mesmas uma atuação ética e moral na sociedade onde estão inseridas.

O presente estudo também se justifica pela contribuição a sociedade, pois apresenta a maneira pela qual as empresas podem prevenir e detectar possíveis fraudes, inconformidades com a legislação e atos corruptivos, seja por parte de seus colaboradores ou pela alta administração em casos mais graves e complexos de serem descobertos e enfrentados.

Em relação aos profissionais da área, o trabalho pode fornecer um maior conhecimento e ampliação de conceitos de controle interno e *compliance*, fazendo com que os mesmos corroborem em sua aplicação aonde atuam.

No aspecto pessoal o estudo vem esclarecer de forma clara e objetiva como os periódicos nacionais e internacionais abordam de diferentes maneiras as questões de controle interno e *compliance*. Contribuindo assim para o desenvolvimento profissional e pessoal, já que o tema está completamente ligado à ética e às boas práticas no ambiente corporativo.

Tendo em vista que o governo está cada vez mais regulamentando e exigindo tais práticas nas operações das empresas é essencial que os contabilistas, saibam como proceder em determinadas situações de inconformidades nas organizações.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta parte da fundamentação teórica foram apresentado as definições e conceitos de controle interno e *compliance*.

2.1 CONTROLE INTERNO

Para Attie (2011), o controle interno é um dos meios pelo qual a empresa possui a capacidade de atingir seus objetivos.

[...] compreende todos os meios planejados numa empresa para dirigir, restringir, governar e conferir suas várias atividades com o propósito de fazer cumprir seus objetivos. (ATTIE, 2011, p. 190).

Segundo o Comitê de Organizações Patrocinadoras – *Committee of Sponsoring Organizations – Treadway Commission (COSO, 2013)* o controle interno também pode ser compreendido como um processo, que por sua vez é constituído por meio de cinco elementos, sendo estes: ambiente de controle; avaliação e gerenciamento dos riscos; atividade de controle; informação e comunicação; e monitoramento.

No mesmo sentido, para o *American Institute of Certified Accountants (AICP)*, controle interno é o planejamento da organização, todos seus métodos e medidas coordenadas que são adotadas pela empresa com fins de salvaguardar seus ativos, além de verificar sua adequação e confiabilidade dos dados contábeis, promovendo a eficiência operacional e desenvolvendo o respeito e obediência às políticas administrativas definidas pela gestão.

Dentro desse contexto, o controle interno tem como objetivo a execução segura da atuação administrativa. É exercido dentro de um mesmo poder, buscando corrigir e evitar possíveis fatores que possam vir a contribuir com o comprometimento da gestão, sendo considerado o fato de que o controle deverá ser exercido sobre todos os atos e processos administrativos da organização. Castro (2010) define que o controle interno ou controle interno administrativo:

Representa a segurança do administrador. É fundamental, em primeiríssimo lugar, para o gestor público, porque este responde – com seus bens e sua reputação – pelos atos que realiza ou delega a terceiros para praticar em seu nome. Deve, portanto, praticá-los com toda segurança possível. (CASTRO, 2010, p. 283).

Almeida (1996) apresenta a subdivisão de controle interno em duas classificações: Controle Administrativo e Controle Contábil.

Para o Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (AICP) o controle interno também pode ser subdividido em Controles Administrativos e Controles Operacionais.

Ainda segundo Almeida (1996) o Controle Administrativo compreende os procedimentos de análises estatísticas para avaliação de desempenho, lucratividade, definição de metas, objetivos, controle de qualidade, treinamento de pessoal, orçamentos e etc.

De acordo com o Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (AICP) o controle administrativo ou gerencial inclui os métodos e procedimentos referentes à eficiência operacional e respeito às diretrizes administrativas. Alguns exemplos são: análises estatísticas, relatórios de desempenho, orçamentos, entre outros.

Almeida (1996) dispõe que o Controle Contábil está relacionado aos controles de proteção ao patrimônio, segregação de funções, promoção de incentivo à observância das políticas e diretrizes estabelecidas pela direção, entre outras. Além disso, o controle contábil visa identificar erros acidentais e involuntários, bem como erros e fraudes premeditadas em demonstrações financeiras e na operação da empresa. Assim é possível se fazer uma comparação de eficiência operacional, onde são analisados os atos e fatos ocorridos em determinado período com os padrões pré-estabelecidos. Com o sistema de controle interno atuando nas formas de natureza preventiva, detectiva e corretiva. Além destas formas, tem-se um ciclo completo no qual a organização deve se basear nas tomadas de decisões e definição de procedimentos.

2.1.1 Conceito de Controle Interno

De acordo com o Comitê de Organizações Patrocinadoras – *Committee of Sponsoring Organizations – Treadway Commission (COSO, 2013)*, o controle interno é visto como uma atividade realizada pelo conselho administrativo em conjunto com demais colaboradores, é projetado para fornecer certa segurança quanto ao cumprimento dos objetivos nas seguintes modalidades: confiabilidade de informações financeiras, conformidade (*compliance*) às leis e regulamentos aplicáveis, eficácia e eficiência de operações.

Controle interno é um processo conduzido pela estrutura de governança, administração e outros profissionais da entidade e desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados às operações, divulgação e conformidade.

Essa definição reflete alguns conceitos fundamentais. O controle interno é:

- Conduzido para atingir objetivos em uma ou mais categorias – operacional, divulgação e conformidade.
- Um processo que consiste em tarefas e atividades contínuas – um meio para um fim, não um fim em si mesmo.
- Realizado por pessoas – não se trata simplesmente de um manual de políticas e procedimentos, sistemas e formulários, mas diz respeito a pessoas e às ações que elas tomam em cada nível da organização para realizar o controle interno.
- Capaz de proporcionar segurança razoável – mas não absoluta, para a estrutura de governança e alta administração de uma entidade.
- Adaptável à estrutura da entidade – flexível na aplicação para toda a entidade ou para uma subsidiária, divisão, unidade operacional ou processo de negócio em particular. (COSO, 2013, p.06).

Para Franco e Marra (2001), o controle interno se dá pelas ferramentas que uma entidade utiliza para vigilância, fiscalização e verificações administrativas. Tendo assim a capacidade para prever, observar, dirigir e governar os fatos ocorridos na organização e que refletem de alguma forma em seu patrimônio.

D'Avila e Oliveira (2002) dispõe que o controle interno é uma série de ações envolvidas na atividade da organização, sendo estas inerentes ao “estilo” adotado pela gerência da organização na condução de seus negócios, visando apenas os interesses da organização como um todo.

Segundo a Norma Brasileira para o Exercício da Auditoria Interna (2003), controle interno pode ser entendido como toda e qualquer ação tomada pela administração, a qual compreende tanto a alta administração quanto os demais níveis gerais apropriados. Com o objetivo de atestar precisão e confiabilidade aos dados contábeis, proporcionar a eficiência operacional e também incentivar a aderência às políticas administrativas cabíveis a organização.

Conforme discorrem Boynton, Johnson e Kell (2002), os controles internos se caracterizam como processos do conselho de administração, construído para fornecer maior segurança quanto ao atingimento de metas e objetivos nas seguintes categorias:

- confiabilidade de informações financeiras;
- obediência (*compliance*) às leis e regulamentações aplicáveis; e
- eficácia e eficiência de operações. (BOYNTON; JOHNSON; KELL, 2002, p. 113).

Desta forma, dentro da organização o controle interno é visto como uma das maneiras desenvolvidas para garantir razoável certeza de que os objetivos da organização sejam atingidos. Isso nos aspectos de eficiência e efetividade operacional, objetivos de desempenho ou estratégia organizacional, estando relacionados com os objetivos básicos da organização, inclusive, com metas de desempenho e rentabilidade, segurança e qualidade de seus ativos. Sendo assim obtém-se a confiança nos registros contábeis e/ou financeiros, pois todas as transações devem ser registradas e todos os registros devem refletir a operação que efetivamente ocorreu. Sendo assim, o objetivo principal do controle interno é auxiliar a organização a atingir seus objetivos.

2.1.2 Origem do Controle Interno

É complexo determinar quando exatamente o controle interno teve sua origem e de qual forma, toda via, Migliavacca (2002) afirma que a origem do controle se deu por volta do ano de 1.600.

Segundo Gomes (1999), um sistema de controle abrange a estrutura e também o processo de controle. Sua estrutura deve ser elaborada em função das variáveis chave, que provém do contexto social e da estratégia da organização, levando assim em conta as responsabilidades individuais de cada gerente ou administrador, por nivelamento de competências. A estrutura contém ainda, o sistema de indicadores de incentivos e informações. O controle interno se fundamenta em razão das ordens administrativas, jurídicas e políticas. Sem o controle não há responsabilidades dos centros organizacionais. Para Gomes, a definição de controle interno que opera na organização, compreende o planejamento e a orçamentação dos meios, a execução das atividades planejadas e a avaliação periódica de atuação.

Ainda para Gomes (1999), o controle interno compreende todos os setores e serviços da administração da organização. A validação realizada pelos responsáveis do controle interno possui um caráter preventivo e opinativo, sendo assim, é recomendável que o responsável pelo controle apresente sugestões objetivas e construtivas, visando eliminar as deficiências e falhas detectadas no decorrer das verificações realizadas, cabendo ao administrador abordá-las ou não.

Para Attie (1992) o controle interno é uma forma de se obter a informação para coordenar os planos e nortear as ações da gestão, já que todas as decisões tomadas durante o planejamento ou as operações normais deveriam estar sujeitas ao controle. Sendo assim, quando os responsáveis pelo planejamento elaboram um sistema para controlar o plano, eles também o fazem para decisões operacionais cotidianas. A afirmação é de que controle, sistema de informação administrativo e decisões estão relacionados, não devendo ser elaborados ou examinados separadamente.

Para Gil (2013), controlar significa agir com interferências no comportamento, processo ou sistema e verificar se o resultado foi o esperado.

Iudícibus, Marion e Pereira (2003) definem controle:

(1) Tecnologias, normas e procedimentos específicos usados para proteger os recursos, a precisão e a contabilidade dos sistemas de informação. (2) Meios ou dispositivos que asseguram a concretização dos planos. (IUDÍCIBUS, MARION E PEREIRA, 2003, p.79).

Em termos administrativos, a função de controle só existe se houver um planejamento a ser controlado, já que ambos são totalmente ligados.

Controle é o conjunto de métodos e ferramentas que os agentes da empresa utilizam para manter a trajetória de modo a alcançar os seus objetivos. (GIL, 2013, p. 100).

Para Oliveira (1995) apud Moraes (2004), o controle faz parte do processo administrativo, o qual busca medir e avaliar o resultado das ações no que tange desempenho.

Controle é uma função do processo administrativo que, mediante a comparação com padrões previamente estabelecidos, procura medir e avaliar o desempenho e o resultado das ações, com a finalidade de realimentar os tomadores de decisões, de forma que possam corrigir ou reforçar esse desempenho ou interferir em funções do processo administrativo, para assegurar que os resultados satisfaçam às metas, desafios e objetivos estabelecidos. (OLIVEIRA, 1995, APUD MORAES, 2004, p. 153).

O objetivo do controle é garantir que as ações ocorram segundo o que foi planejado, definido e organizado. Bem como, apontar as falhas e erros para a possível correção e prevenção de sua repetição.

2.1.3 Objetivos do Controle Interno

De acordo com Nakagawa (1995), os objetivos do controle interno incluem ter conhecimento da realidade atual da organização, saber compará-la com o que deveria ser, ter o conhecimento a respeito de suas divergências e origens, além de tomar atitudes para sua correção.

Para Motta (2001), o controle interno pode ser encontrado na organização moderna em todos os seus segmentos: vendas, fabricação, desenvolvimento, compras, tesouraria, entre outros. É considerado impossível existir alguma organização que não disponha de nenhum tipo de controle interno, pois os mesmos garantem a continuidade do fluxo de suas operações e informações propostas. O objetivo do controle interno é salvaguardar os interesses na proteção do patrimônio contra quaisquer perdas e riscos provindos de erros ou irregularidades.

Alinhado com os dois autores citados, Florentino (1988) disserta que o controle interno proporciona apenas uma garantia razoável, em hipótese alguma uma garantia absoluta, pois age como um auxílio para a organização atingir seus objetivos, contudo não garante que serão atingidos. Ainda segundo Florentino (1988) deve-se considerar o custo/benefício, pois todo controle interno tem um custo, o mesmo deve ser inferior à perda diante da consumação do risco controlado; e o conluio entre os colaboradores, já que da mesma forma que as pessoas são responsáveis pelos controles, as mesmas podem se aproveitar de seus próprios conhecimentos e competências para burlar os controles com objetivos ilícitos.

No pensar de Almeida (1996), as limitações do controle interno se dão principalmente com relação ao conluio de funcionários na apropriação de bens da organização, ou seja, quando os colaboradores não são adequadamente instruídos com relação às normas internas e também quando se tem negligência na execução de tarefas diárias.

Segundo Attie (2011), as características de um eficiente controle interno compreendem:

Plano de organização que proporcione apropriada segregação de funções entre execução operacional e custódia dos bens patrimoniais e sua contabilização;
Sistema de autorização e procedimentos de escrituração adequados, que proporcionem controle eficiente sobre o ativo, passivo e receitas, custos e despesas;
Observação de práticas salutaras no cumprimento dos deveres e funções de cada um dos departamentos da organização; e
Pessoal com adequada qualificação técnica e profissional, para a execução de suas atribuições. (ATTIE, 2011, p.193).

Assim sendo, o controle interno deve obter informações precisas e adequadas para a formulação de diretrizes de ação administrativa; assegurar a validade e integridade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais, que serão utilizados pela gerência na tomada de decisão; salvaguardar os ativos de prejuízos decorrentes de riscos, fraudes, desperdícios, uso indevido ou fora dos objetivos da administração organizacional; evitar a ocorrência de cálculos incorretos e contabilização inadequada. Além de prevenir a realização de procedimentos não autorizados ou omissões; preservar a ocorrência de erros intencionais ou manipulação de dados; promover incrementos à eficiência profissional, o que está diretamente

ligado com estímulo à eficiência profissional, salvaguarda dos bens e correta utilização dos ativos; incentivar a observância e respeito às políticas da administração organizacional.

2.2 COMPLIANCE

O *compliance* visa garantir a conformidade das operações das empresas com diretrizes, regras, legislações e regulamentos pertinentes aos processos das organizações. Além disso, busca potencializar a efetividade, produtividade e confiança das organizações. O termo *compliance* pode ser definido como:

Um conjunto de regras, padrões, procedimentos éticos e legais, que, uma vez definido e implantado, será a linha mestra que orientará o comportamento da instituição no mercado em que atua, bem como a atitude dos seus funcionários (CANDELORO; RIZZO; PINHO, 2012, p. 30).

A palavra *compliance* vem do verbo em inglês “*To Comply*”, que significa cumprir, executar, realizar o que lhe foi imposto. Coimbra e Manzi (2010) dispõe que:

É o ato de estar em conformidade com normas internas e externas inerentes ao exercício profissional, objetivando-se a mitigação de riscos legais. (COIMBRA; MANZI, 2010, p. 2).

De acordo com a OAB/MG (2016), o Programa de *Compliance* é o meio/conjunto de ferramentas, sistemas, políticas e ações que possuem como objetivo a conformidade da organização às regras aplicáveis ao seu negócio, garantindo a integridade como componente norteador de sua atividade.

Quando não se tem a conformidade na atuação da empresa em relação às leis, regulamentações, códigos de conduta e boas práticas, ou seja, quando não se tem *compliance*, é assumido o “risco de *compliance*”, ou “risco legal”, que compreende:

1. Prejuízos para a empresa como danos a sua reputação no mercado;
2. Má distribuição de recursos;
3. Comprometimento do nível de eficiência da empresa;
4. Sanções administrativas, pecuniárias e até mesmo criminais. (MANZI, 2008, p. 4).

Ainda segundo Manzi (2008) os programas de *compliance* não inibem completamente a ocorrência de atos ilícitos, porém cabe a gestão identificar, avaliar, monitorar, recomendar e reportar os riscos, com o objetivo de combatê-los mais rapidamente possível.

Maeda (2013) discorre que independentemente de ter como um de seus objetivos a redução de riscos de ocorrência de atos ilícitos, os programas de *compliance* não são capazes de impedir totalmente que eles ocorram apesar dos meios de prevenção adotados pela empresa, entretanto a existência de programa de *compliance* permite que esses atos ilícitos sejam identificados e combatidos mais rapidamente.

Os principais tópicos de aplicabilidade da Função de *Compliance* nas organizações são:

- 1) Leis, Regulamentos e Normas – Certificar-se da aderência e do cumprimento;
- 2) Princípios Éticos e Normas de Conduta – Assegurar-se da existência e observância;
- 3) Procedimentos e Controle Interno – Assegurar-se da existência de procedimentos associados aos processos;
- 4) Sistemas de Informações – Assegurar-se da implementação e funcionalidade;
- 5) Planos de Contingência – Assegurar-se da implementação e efetividade por meio de testes periódicos;
- 6) Segregação de Funções – Assegurar-se da adequada implementação a fim de evitar conflito de interesses;
- 7) Prevenção à lavagem de dinheiro – Fomentar a cultura de prevenção por meio de treinamentos específicos;
- 8) Cultura de Controles – Fomentar a cultura de controles em conjunto com os demais pilares do Sistema de Controles Internos na busca incessante da sua conformidade;
- 9) Relatório do Sistema de Controles Internos (Gestão de *Compliance*) – Avaliação dos riscos e dos controles internos – elaboração com base nas informações obtidas nas diversas áreas da instituição;
- 10) Participar ativamente do desenvolvimento de Políticas Internas, que previnam problemas futuros de não conformidade e a regulamentação aplicável a cada negócio;
- 11) Relação com Órgãos Reguladores e Fiscalizadores – Assegurar-se que todos os itens requeridos pelos reguladores sejam prontamente atendidos;
- 12) Relações com Auditores Externos e Internos – Assegurar-se que todos os itens de auditoria relacionados à não conformidade com as leis, regulamentações e políticas sejam prontamente atendidos e corrigidos pelas várias áreas. (ABBI, 2009, p. 11).

O *compliance* é aplicável na organização para obediência e cumprimento de todas as Leis, normas, regras e demais relacionados aos quais a organização está submetida dentro de seu meio.

A ABBI define a missão de *compliance* como:

Assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação, fortalecimento e o funcionamento do Sistema de Controles Internos da instituição, procurando mitigar os Riscos de acordo com a complexidade de seus negócios, bem como disseminar a cultura de controles para assegurar o cumprimento das leis e regulamentos existentes. Além de atuar na orientação e conscientização à prevenção de atividades e condutas que possam ocasionar riscos à imagem da instituição (ABBI, 2009, p.10).

O *compliance* assume a função de assegurar a mitigação de riscos e também de afirmar a adequação da organização no que tange Leis, normas e regulamentos.

2.2.1 Conceito de *Compliance*

Segundo Manzi (2008), para uma empresa “ser” *compliance* é essencial conhecer as normas da organização, seguir os procedimentos recomendados, agir em conformidade e saber o quão é fundamental a ética e a idoneidade em todas as ações e procedimentos da empresa.

De acordo com Bergamini Júnior (2005), o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) define as diretrizes das boas práticas de governança corporativa com o Código Brasileiro das Melhores Práticas, relacionando-as em quatro vertentes: a prestação de contas (*accountability*), a transparência (*disclosure*), a equidade (*fairness*) e a responsabilidade corporativa na conformidade com as regras (*compliance*).

O *compliance* visa mitigar riscos, assegurar a integridade da organização e segurança por meio de objetivos de controle: Integridade da informação; e segurança (dados, físicos e intangíveis). O que também nos leva à responsabilidade corporativa na conformidade com as regras, aonde todos na organização orientados para agir com *compliance* possuem sua responsabilidade parcial em casos de fraudes ou inconformidades.

De acordo com Ribeiro e Diniz (2015), o *compliance*

[...] é uma expressão que se volta para as ferramentas de concretização da missão, visão e valores de uma empresa. (RIBEIRO; DINIZ, 2015, p. 88).

Como complemento, Figueiredo (2015), em dissertação sobre o tema, destaca-se que:

Compliance ou programa de comprometimento é instrumento de contenção de riscos, um meio para evitar perigos, se afigurando enquanto novidade hodierna. Constitui-se, assim, como comprometimento da empresa com o cumprimento do ordenamento, mediante criação de código de conduta ético interno, com vistas a alcançar tal finalidade, através da proibição de condutas arriscadas e estruturação de cultura ética na empresa, apurando os comportamentos desviados e os sancionando. Representa as ideias de prevenção primária e prevenção técnica atinentes ao direito de intervenção e deve ser um elemento central para aferição da responsabilidade de uma empresa [...]. (FIGUEIREDO, 2015, p.117).

Na atuação pública, tem-se a definição de Breier (2015) que discorre sobre o grande desafio da implantação de programas do *compliance* de natureza pública, customizados para área estatal. Criando estruturas responsáveis pela educação efetiva do gestor público, forte na criação de uma cultura de boa governança.

Neste sentido, em 2003 a Organização Internacional da Comissão de Valores – OICV (*International Organization of Securities Commissions – IOSCO*) emitiu um documento (*The Function of Compliance Officer*), onde o *compliance* é identificado como o agente responsável pelo aconselhamento de todas as linhas de negócio da instituição, bem como todas as áreas de suporte relacionadas à regulação local e políticas corporativas aplicáveis à indústria de atuação da organização, com o objetivo de atingir altos padrões éticos de comportamento comercial.

2.2.2 Origem do *Compliance*

O termo *compliance* tem sua origem no verbo em inglês “*to comply*”, esse por sua vez significa agir de acordo com determinada regra, instrução interna e legislação aplicável. Segundo a Associação Brasileira de Bancos Internacionais - ABBI (2009), a função de *compliance* é um dos pilares da governança corporativa e foi introduzida no

Brasil juntamente com a mesma. Com o objetivo de alterar os processos, para que assegurem que as normas e procedimentos sejam devidamente cumpridos.

A função de *compliance*, integrada aos demais pilares da Governança Corporativa, chega no momento em que essas transformações ocorrem simultaneamente, e sua implementação nas instituições financeiras brasileiras tem importância e missão que vão além do implícito na Resolução emitida pelo Conselho Monetário Nacional nº 2.554/98, inseridas em mudanças que visam alinhar seus processos, assegurar o cumprimento de normas e procedimentos e, principalmente, preservar sua imagem perante o mercado. (ABBI, 2009, p.4).

Considerando sua definição quanto ao *compliance* moderno, pode-se afirmar que a origem do instituto se deu na era da globalização, no exato momento em que se tem uma sociedade de riscos e as operações entre empresas se tornam mais “comuns” mundialmente.

Neste sentido, segundo Figueiredo (2015) afirma que o:

[...] direito administrativo recrudescer, o direito penal se expande e são mitigados princípios desta seara como o da lesividade e da taxatividade [...] (FIGUEIREDO, 2015, p. 117).

A evolução histórica do *compliance* sempre esteve relacionada à necessidade das organizações pública e privada possuírem controles internos. Iniciou-se como resultado de acordos internacionais, resoluções e criação de instituições como FMI e BIRD, em 1944, que tinham o objetivo de monitorar o Sistema Monetário Internacional e garantir sua estabilidade. Posteriormente, o Comitê da Brasília estipulou normas para regular a atividade monetária, das quais destacam-se os princípios fundamentais 17 e 18:

Os supervisores devem assegurar de que os bancos adotam controles internos adequados ao porte e complexidade de seus negócios [...] isso deve incluir regras claras para [...] funções de auditoria interna independente e de verificação de conformidade apropriadas para testar a aderência a esses controles bem como as leis e regulamentos aplicáveis.

Os supervisores devem se assegurar de que os bancos adotam políticas e processos adequados [...], que promovem altos padrões éticos e profissionais no setor financeiro e evitam que o banco seja usado, internacionalmente ou não, para atividades criminosas. (BCB, 2006, p. 9).

Em 1992, o COSO, da Comissão Nacional sobre Fraudes em Relatórios Financeiros dos EUA, divulgou um modelo denominado “*Internal Control – Integrated Framework*”, também conhecido como COSO I, que teve grande repercussão ao impor que o controle interno deveria atuar de forma a prever riscos para entidades, expandindo o conceito, até então aplicado ao setor financeiro, e ligado à governança corporativa.

No ano de 2002, foi aprovada nos EUA a Lei Sarbanes Oxley (SOX), com o objetivo de:

Regulamentar de forma rigorosa a vida corporativa, destacando as regras de conformidade (*compliance*), prestação responsável de contas (*accountability*) e transparência (*disclosure*). (MANZI, 2008, p.69).

A partir daí, a SOX se tornou referência mundial de modelo de cultura ética e boa governança, o que levou as organizações a perceber que não havia mais como não levar em conta a gestão de riscos, inclusive de *compliance* em seus processos.

No Brasil, com a promulgação da Lei 12.846/2013 – mais conhecida como Lei Anticorrupção – todas as organizações brasileiras e seus dirigentes passaram a ser expostos a graves consequências, na esfera civil e administrativa, quando comprovada a prática de atos ilícitos lesivos à administração pública, assim fortalecendo a importância do *compliance* para mitigação dos riscos regulatórios.

O *compliance* pode então colaborar com relação à proteção dos dirigentes em alegação de culpa por omissão, além de reduzir as sanções aplicáveis à organização. Segundo consta na Lei Anticorrupção:

Art. 7º - Serão levados em consideração na aplicação das sanções: (...) VIII – a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e conduta no âmbito da pessoa jurídica. (MORAES; BREYER, 2016, p. 1).

Com o sistema de *compliance* comprovadamente atuando na organização, é utilizado como forma de mitigar os riscos para os dirigentes, dessa maneira, pode também contribuir para que as sanções aplicáveis sejam reduzidas.

2.2.3 Implementação do Sistema de Controle Interno e *Compliance* no Brasil

A implementação de Sistemas de Controles Internos e *Compliance* no Brasil teve forte impacto na alteração da Lei das Sociedades por Ações em 2001, onde a mesma previu regras para assegurar maior apreço aos direitos dos acionistas minoritários e à sociedade. Tais mecanismos resultaram no aprimoramento dos programas de conformidade adotados pelas companhias que negociam valores mobiliários no Brasil.

Após isso, a fraude e a corrupção nos Estados Unidos da América fizeram com que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - internalizada ao Brasil por meio do Decreto nº 3.678/2000 – aprovassem em uma convenção sobre o combate da corrupção. Neste sentido, no Brasil foi sancionada a Lei nº 12.846/2013, mais conhecida como a Lei Anticorrupção brasileira, onde impõe o *compliance* – na legislação é descrito: mecanismo e procedimento de integridade – como moderador das sanções às sociedades.

Segundo Manzi (2009), para que a cultura de *compliance* seja efetiva, deve-se apoiar em elementos éticos. A disseminação de elevados padrões éticos na organização contribui para mitigação do risco atrelado à reputação, resultando credibilidade e transparência. Sobre a ética nos negócios, Nash (1993) diz:

A ética nos negócios é o estudo da forma pela qual normas morais pessoais se aplicam às atividades e aos objetivos da empresa comercial. Não se trata de um padrão moral separado, mas do estudo de como o contexto dos negócios cria seus problemas próprios e exclusivos à pessoa moral, que atua como um gerente desse sistema. (NASH, 1993, p.6).

De acordo com Mattos (2008), a ética é o fundamento da sociedade e a ciência humana, a liberdade, a igualdade de oportunidades e o respeito aos direitos humanos. A ética está na essência da cultura corporativa e educação, fator determinante de sua formação e garantia de excelência.

É imprescindível que se reforce a imagem com ações concretas, não só para a comunidade organizacional interna, como também para o público externo. É necessário traduzir o compromisso ético com realizações objetivas. (MATTOS, 2008, p.25).

A ética está completamente atrelada à imagem da organização, tanto interna como externamente, nesse sentido, é necessário que as ações da mesma possuam o compromisso de ser éticas perante seus colaboradores e a sociedade em geral.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia da pesquisa demonstra de forma clara e explicativa o conjunto de métodos utilizados para o estudo e finalização do trabalho apresentado. É abordada a classificação da pesquisa, sua tipologia quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos, quanto a abordagem do problema e o levantamento de dados e informações.

Tartuce (2006) indica que a metodologia científica trata de método e ciência. Método (do grego *methodos*; *met'hodos* - significa literalmente, “caminho para chegar a um fim”) é, portanto, o caminho em direção a um objetivo; metodologia é o estudo do método, ou seja, é o corpo de regras e procedimentos estabelecidos para realizar uma pesquisa; científica deriva de ciência, a qual abrange o conjunto de conhecimentos precisos e ordenados em relação a determinado domínio do saber. Metodologia científica é o estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas.

Segundo Gil (2007), pesquisa é definida como:

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formação do problema até a apresentação e discussão dos resultados. (GIL, 2007, p.17).

Para Fonseca (2002), *methodos* significa organização, e logos, estudo sistemático, pesquisa, investigação; ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo.

3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS

A tipologia da pesquisa quanto aos objetivos se classifica como descritiva explicativa, pois serão descritas as características, dizer o que foi descrito, de acordo com Gil (2008):

[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. (GIL, 2008, p.28).

Conforme dissertam Barros e Lehfel (2007), na pesquisa descritiva realiza-se o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador (Exemplo - pesquisas mercadológicas e de opinião).

Perovano (2014) escreve que o processo descritivo visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo. Pode ser entendido como um estudo de caso, onde, após a coleta de dados é realizada a análise entre as variáveis para posterior determinação dos efeitos. Para Filho e Santos (2001) a pesquisa descritiva deve possuir: espontaneidade, naturalidade e amplo grau de generalização.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa explicativa registra os fatos, analisa-os, interpreta-os e identifica suas causas. Essa prática visa ampliar gerações, definir regras mais amplas, estruturar e definir os modelos teóricos, relacionar hipóteses ou ideias por força de dedução lógica.

3.2 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

A tipologia da pesquisa quanto aos procedimentos é bibliográfica e documental, bibliográfica, pois segundo Richardson (1999), possui como objeto de estudo a produção científica de determinada área acadêmica ou de conhecimento em um lapso temporal pré-definido e em locais de publicação escolhidos com base no perfil a ser selecionado para a amostra, sendo assim também documental.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado anteriormente, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Ainda segundo Gil (2008), a pesquisa documental é muito parecida com a bibliográfica. A diferença entre as duas está na natureza das respectivas fontes, pois esta forma também utiliza de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que até mesmo podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Segundo Fonseca (2002) a pesquisa documental analisa fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, revistas, documentos oficiais, etc.

Conforme disserta Boccato (2006):

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão de sua forma de comunicação e divulgação. (BOCCATO, 2006, p.266).

Pode-se observar que na pesquisa bibliográfica procura responder ao problema de pesquisa por meio de estudos já publicados, com a análise e discussão de pesquisas selecionadas.

3.3 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA

A tipologia da pesquisa quanto à abordagem do problema é classificada como qualitativa, pois se preocupa com o aprofundamento da compreensão. Para Rosemberg e Minayo (2001), no que diz respeito a pesquisa qualitativa, a mesma corresponde a uma lacuna profunda nas relações, processos e fenômenos.

No método de pesquisa qualitativo existem diferenças quanto à forma, método e aos objetivos. Godoy (1995) exemplifica a respeito da diversidade existente entre as pesquisas qualitativas, descrevendo características fundamentais que deve constar nesse tipo de pesquisa:

- O ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental;
- O caráter descritivo;
- O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador;
- Enfoque indutivo. (GODOY, 1995, p.62).

Creswell (2003) descreve que, dentro da pesquisa com o enfoque qualitativo existem estratégias que podem ser utilizadas. Tais estratégias de investigação permitem ao pesquisador uma direção específica no meio do fenômeno pesquisado. As técnicas são as mais empregadas dentro das ciências sociais, contudo, com as mudanças tecnológicas contemporâneas, as estratégias tem se multiplicado ao longo dos anos.

3.4 LEVANTAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES

A coleta de dados se dá com base documental, por meio da análise dos periódicos nacionais e internacionais do período de 2010 a 2018, segundo Fonseca:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, 9 jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p.32).

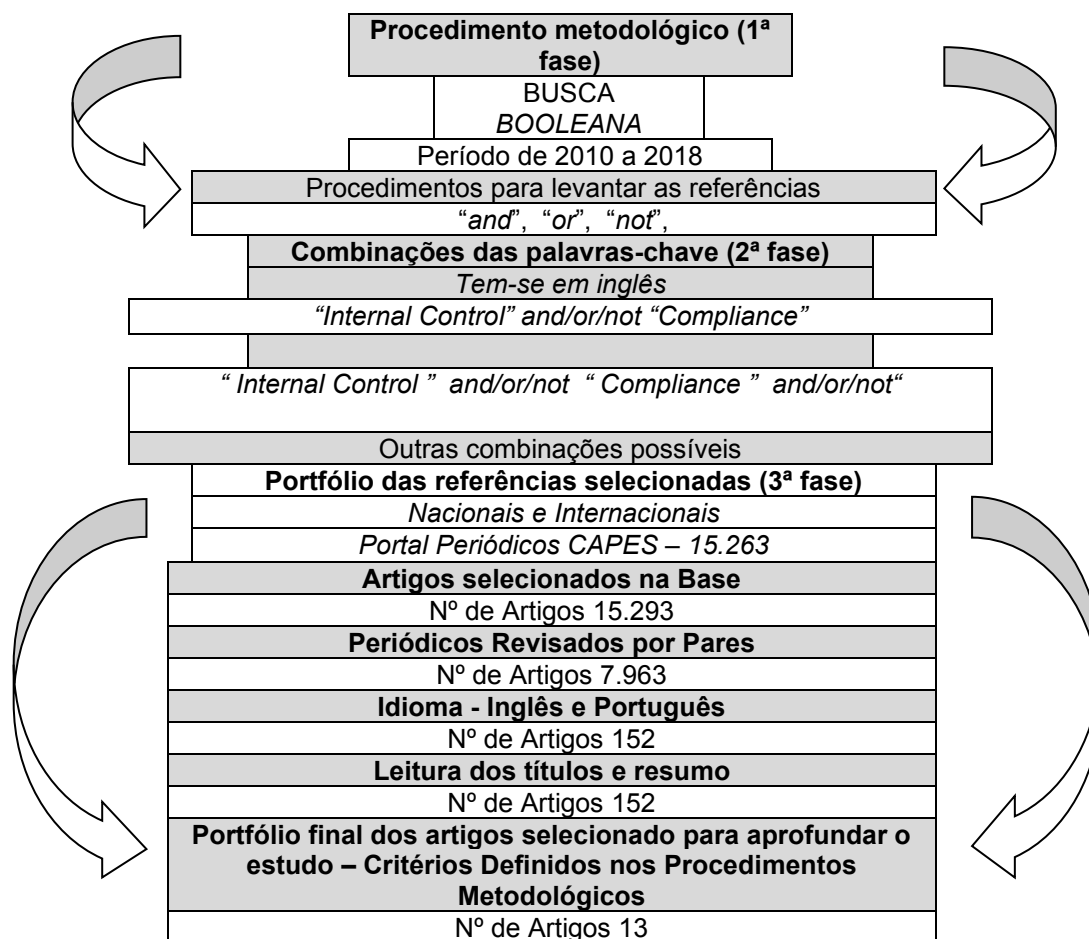
Para a coleta de dados, os procedimentos de pesquisa foram divididos em três fases a partir da busca das palavras-chave: “*Internal Control*” e “*Compliance*”, na área de contabilidade.

- (1) A primeira fase foi a busca *Booleana*, que compreendeu em determinar o período de 2010 a 2018;
- (2) A segunda fase foi aplicar os termos “*and*”, “*or*” e “*not*” para combinar as palavras chave em inglês; e
- (3) A última fase foi a formação de um portfólio de artigos.

A base de dados utilizada como critério de pesquisa foi o Portal de Periódicos CAPES. Através do acesso a essa base de dados, foram encontrados 13 artigos pertinentes a temática de escopo utilizando das palavras-chave, como pode ser

observado na demonstração do processo de seleção dos artigos representado na Figura 1.

FIGURA 1: COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA DE PERIÓDICOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS



FONTE: Adaptado de SEVERO PEIXE, PASSOS e DA ROSA FILHO (2018), pela autora (2020).

A análise de produção nacional e internacional referente ao tema foi selecionada a partir da amostra de periódicos relevantes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para a seleção dos artigos foram pesquisados no título, no resumo e nas palavras-chave de cada artigo, considerando-se os seguintes termos não simultaneamente: "Internal Control" e "Compliance" na área de contabilidade.

- (a) Filtrar e Eliminar as referências duplicadas – Utilizando-se do filtro de periódicos revisados por pares;

- (b) Filtrar pelo idioma – Inglês e Português;
- (c) Leitura dos títulos e resumo – A proposta de análise dos títulos e resumos relativos ao tema se deu a partir da amostra de periódicos relevantes. Tal critério utilizado foi o fator de relevância e impacto na comunidade acadêmica.

Destaca-se a seleção dos periódicos por relevância e impacto, sendo 6 deles nacionais e 7 internacionais. Após a escolha dos artigos, os mesmos foram analisados e categorizados, de acordo com os dados relevantes para a pesquisa.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na análise e discussão dos resultados serão levantados, verificados, identificados e apresentados os principais estudos sobre *compliance* e controle interno em periódicos nacionais e internacionais no período de 2010 a 2018. Utilizando da seguinte divisão/seqüência:

- (1) Número de Publicações por Ano;
- (2) Classificados por Temas relacionados ao Setor Público;
- (3) Tipologia da Pesquisa Quanto aos Objetivos;
- (4) Tipologia da Pesquisa Quanto aos Procedimentos;
- (5) Instrumento de Coleta de Dados Utilizado nos Artigos;
- (6) Distribuição dos Artigos por Método de Abordagem;
- (7) Distribuição dos Artigos por Tipo de Análise dos Dados; e
- (8) Consolidação dos Achados Metodológicos da Pesquisa dos Artigos Estudados.

A análise foi iniciada pelo número de publicações no período e seguindo pelos demais tópicos elencados acima.

4.1 NÚMERO DE PUBLICAÇÕES POR ANO

Demonstra-se a relação dos artigos selecionados por meio da Tabela 1, que podem ser identificados os autores, título do artigo, revista e ano de publicação.

TABELA 1: RELAÇÃO DOS ARTIGOS SELECIONADOS

Nº	Nome do(s) Autor(es)	Título do Artigo	Revista	Ano/p.
1	Adriano J. Pereira; Daniela N. Pavão; Ederson H. P. de Almeida; Eliézer Silva; Monique Buttignol; Patricia Leisnock; Gabriela Sato; Renato Tanjoni	<i>Efficiency in the Operational Process: Reduction of Incorrect Entries and Guarantee of Compliance in Rendering of Accounts</i>	Einstein	2018

2	Alessandra Reis; Alessandro D. Loguercio; Alexandra M. de Paula; Bianca M. Maran; Jorge Perdigão; Taíse A. Hanzen	<i>Randomized Clinical Trials of Dental Bleaching – Compliance with the CONSORT Statement: A Systematic Review</i>	<i>Brazilian Oral Research</i>	2017
3	Alexandros Karakostasas; Daniel J. Zizzo	<i>Compliance and the Power of Authority</i>	<i>Journal of Economic Behavior & Organization</i>	2015
4	Ana M. N. Pena	<i>La Efectividad de Los Criminal Compliance Programs Como Objeto de Prueba en el Proceso Penal</i>	Política Criminal	2016
5	Anna G.W. Nolte; Nicolene de Jager; Sonya Beukes	<i>Measuring Compliance of Conducting an Occupational Health Risk Assessment in the Occupational Health Nurse's Practice</i>	<i>Health SA Gesondheid</i>	2014
6	Belén Zapatera; David M. Gómez; David M. Hernández; Marcos Ascensión; Oscar L. Veiga; Sonia G. Martinez; Verónica C. Sánchez	<i>Patrones de Sedentarismo y Cumplimiento de las Recomendaciones de Salud Pública en Adolescentes Españoles: Estudio AFINOS</i>	<i>Caderneta de Saúde Pública</i>	2012
7	Carolina P. Asorey	<i>The Internal Control System: Guarantee of the Achievement of Objectives</i>	<i>Centro Provincial de Ciências Médicas</i>	2010
8	Guilherme A. Gadens	<i>Lack of Compliance: A Challenge for Digital Dermoscopy Follow-up</i>	<i>Anais Brasileiros de Dermatologia</i>	2014
9	Ilídio T. Lopes	<i>The Information Compliance Indexes The Illustrative Case of Income Taxes</i>	<i>Contaduría y Administración</i>	2014
10	José P. Cordão; Pâmela G. Ramos	O Controle Interno como Instrumento Auxiliar na Gestão Municipal: Um Estudo de Caso no Município de Confresa – MT	Revista UNEMAT de Contabilidade	2014
11	Laura L. Santos; Rita de C. C. de A. Akutsu; Raquel B. A. Botelho; Renata P. Zandonadi	Cumprimento das Normas ISO 14001 e ISO 22000 por Serviços de Alimentação	Revista de Nutrição	2012
12	Octavio G. Segovia	<i>Choosing to Comply with the U.S. - India Civil Nuclear Agreement. Factors Leading to State Compliance</i>	Revista CS	2014
13	Renato P. Monteiro	Análise do Sistema de Controle Interno no Brasil: Objetivos, Importância e Barreiras para sua Implantação	Revista Contemporânea de Contabilidade	2015

FONTE: Dados da Pesquisa.

Observa-se na Tabela 1, de acordo com o título dos artigos que os controles internos e o *compliance* se aplicam à diversas áreas.

Na Tabela 2 apresenta-se o número de publicações por ano, de acordo com os critérios definidos nos procedimentos metodológicos.

TABELA 2: NÚMERO DE PUBLICAÇÕES DOS ARTIGOS POR ANO

Anos	Quantidade	%
2010	1	7,69%
2011	0	0%
2012	2	15,38%
2013	0	0%
2014	5	38,46%
2015	2	15,38%
2016	1	7,69%
2017	1	7,69%
2018	1	7,69%
TOTAL	13	100%

FONTE: Dados da Pesquisa.

Através da Leitura da Tabela 2, com relação ao número de publicações por ano dos artigos selecionados para análise, nota-se que sua maioria foi publicada no ano de 2014, com o número de cinco artigos correspondendo a 38,46% do total de artigos selecionados. Já nos anos de 2011 e 2013 não foi selecionado nenhum artigo para análise. Nos anos de 2011 e 2013 não foi selecionado nenhum artigo para análise. Os anos de 2010, 2016, 2017 e 2018 tiveram um artigo selecionado cada, nos anos de 2012 e 2015 foram selecionados dois artigos cada.

4.2 CLASSIFICADOS POR TEMAS RELACIONADOS AO SETOR PÚBLICO

A Tabela 3 demonstra quais os principais temas – palavras-chave da seleção conforme critérios já expostos relacionados ao Setor Público.

TABELA 3: PRINCIPAIS TEMAS – PALAVRAS-CHAVE

Temas	Quantidade	%
<i>Compliance</i> na Saúde Pública	1	50%
Controle Interno na Gestão Municipal	1	50%
TOTAL	2	100%

FONTE: Dados da Pesquisa.

Seguindo o critério de análise, na Tabela 3, somente dois artigos tratavam de assuntos relacionados ao setor público, sendo o primeiro atrelado à saúde pública e o segundo à gestão municipal.

4.3 TIPOLOGIAS DA PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS

Quanto aos objetivos de pesquisa, tem-se as tipologias:

- (a) Descritiva;
- (b) Exploratória;
- (c) Experimental.

Abaixo, A Tabela 4 demonstra a distribuição dos artigos por tipologia de pesquisa quanto aos objetivos das mesmas.

TABELA 4: DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS DA PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS

Tipologia	Quantidade	%
Descritiva	3	23,08%
Exploratória	6	43,15%
Experimental	4	30,77%
TOTAL	13	100%

FONTE: Dados da Pesquisa.

Em leitura da Tabela 4, observa-se a distribuição dos artigos por tipologia de pesquisa, identificou-se que em sua maioria utilizada foi pesquisa exploratória em relação aos objetivos, correspondendo a um número total de seis artigos, equivalentes à 43,15% do total amostrado. Por outro lado, o número mínimo de três artigos corresponde a tipologia descritiva que atingiu 23,08% do total amostrado.

4.4 TIPOLOGIAS DE PESQUISA QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

O procedimento metodológico das pesquisas analisadas pode variar entre:

- (a) Estudo de caso;
- (b) Levantamento/*Survey*;
- (c) Bibliográfica;
- (d) Bibliográfica/Documental;
- (e) Documental;
- (f) Experimental.

Na Tabela 5 tem-se a distribuição dos artigos por procedimento metodológico:

TABELA 5: DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS POR PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Tipologia	Quantidade	%
Estudo de Caso	3	23,08%
Levantamento/ <i>Survey</i>	3	23,08%
Bibliográfica	2	15,38%
Bibliográfica/Documental	1	7,69%
Documental	2	15,38%
Experimental	2	15,38%
TOTAL	13	100%

FONTE: Dados da Pesquisa.

Com relação à distribuição dos artigos por procedimento metodológico, tem-se duas tipologias liderando a análise, são elas: Estudo de Caso e Levantamento/*Survey*, as duas com três artigos cada, equivalentes a 23,08% do total cada. A tipologia Bibliográfica/Documental corresponde a 7,69% com apenas um artigo, sendo essa a menor no que tange procedimento metodológico.

Na Tabela 6 apresenta-se a demonstração do instrumento de coleta de dados utilizados nos artigos.

TABELA 6: INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES UTILIZADOS DOS ARTIGOS

Coleta de Dados e Informações	Quantidade	%
Documental	3	23,08%
Documental e Observação	3	23,08%
Entrevistas	2	15,38%
Observação	4	30,77%
Aplicação de Questionários	1	7,69%
TOTAL	13	100%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Na consolidação dos instrumentos de coleta de dados utilizados nos artigos selecionados para análise, nota-se que a coleta de dados e informações através da observação é mais utilizada, correspondendo a 30,77% do total analisado, com quatro artigos. A coleta de dados através da observação segundo Zanelli (2002) posiciona o pesquisador em uma posição na qual o mesmo possa compreender a análise com a percepção de atitudes não verbais. A coleta de dados e informações menos utilizada foi a de aplicação de questionários, com apenas um artigo, correspondente a 7,69% do total analisado.

4.5 TIPOLOGIAS DA PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM METODOLÓGICA

Creswell (2003) descreve que, dentro da pesquisa qualitativa existem estratégias de investigação que permitem ao pesquisador uma direção específica no meio do fenômeno pesquisado. As técnicas são mais empregadas dentro das ciências sociais, contudo, com as mudanças tecnológicas contemporâneas, as estratégias tem se multiplicado ao longo dos anos. De acordo com Fonseca (2012), a pesquisa quantitativa tem base na linguagem matemática, possuindo assim o objetivo de descrever as causas de algum fenômeno. Com o propósito de elencar as abordagens metodológicas utilizadas pelas obras analisadas, apresenta-se a seguir a Tabela 7.

TABELA 7: DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS POR MÉTODO DE ABORDAGEM DO PROBLEMA

Tipologia	Quantidade	%
Qualitativa	4	30,77%
Quantitativa	6	46,15%
Quantitativa-qualitativa	3	23,08%
TOTAL	13	100%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Na consolidação das informações relativas à distribuição dos artigos por método de abordagem tem-se três possíveis tipologias: qualitativa, quantitativa e quantitativa-qualitativa. Observa-se que a tipologia que apresentou maior aderência nos artigos analisados foi a quantitativa, correspondendo a 46,15% do total, com seis artigos. Já a menos utilizada foi a quantitativa-qualitativa com três artigos, equivalentes a 23,08% do total.

4.6 TIPOLOGIAS QUANTO À ANÁLISE DOS DADOS

Com o propósito de elencar os tipos de análises dos dados utilizados nos artigos, apresenta-se a seguir a Tabela 8.

TABELA 8: DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS POR TIPO DE ANÁLISE DOS DADOS

Tipologia	Quantidade	%
Análise de Conteúdo	5	38,46%
Análise Descritiva	3	23,08%
Análise Documental	5	38,46%
TOTAL	13	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação a distribuição dos artigos por tipo de análise dos dados, tem-se três possíveis opções: Análise de Conteúdo, Análise Descritiva e Análise Documental. A tipologia mais utilizada foi de análise de conteúdo, correspondendo a 38,46%, com cinco artigos. A tipologia menos utilizada foi de análise descritiva, equivalente a 23,08%, com três artigos.

Na Tabela 9 consolida-se os achados metodológicos da pesquisa dos artigos selecionados para o estudo.

TABELA 9: CONSOLIDAÇÃO DOS ACHADOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA DOS ARTIGOS ESTUDADOS

Categorias analisadas	Subcategorias	Participação dos artigos / Total
		Quantidade
Tipologias da pesquisa quanto aos objetivos	Descritiva	3/13
	Exploratória	6/13
	Experimental	4/13
Tipologias da pesquisa quanto aos procedimentos	Estudo de Caso	3/13
	Levantamento/Survey	3/13
	Bibliográfica	2/13
	Bibliográfica/Documental	1/13
	Documental	2/13
	Experimental	2/13
Instrumento de Coleta de Dados e Informações	Documental	3/13
	Documental e Observação	3/13
	Entrevistas	2/13
	Observação	4/13
	Questionários	1/13
Tipologias da pesquisa quanto à abordagem do problema	Qualitativa	4/13
	Quantitativa	6/13
	Quantitativa-qualitativa	3/13
Análise dos dados	Análise de Conteúdo	5/13
	Análise Descritiva	3/13
	Análise Documental	5/13

Fonte: Dados da Pesquisa.

Na consolidação dos achados metodológicos da pesquisa dos artigos estudados apresentam-se os dados relativos a: tipologia da pesquisa quanto aos objetivos; tipologia da pesquisa quanto aos procedimentos; instrumentos de coleta de dados; tipologia da pesquisa quanto à abordagem do problema; e análise dos dados.

O que mais nos volta a atenção é a relação de pesquisas quantitativas na abordagem do problema, com o tema abordado nesta pesquisa, considerando-se que o *compliance* e o controle interno em sua maioria são ferramentas intangíveis

numericamente, o que sugere que o mesmo tem relação com o impacto financeiro dos erros e fraudes nas organizações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi levantar, verificar, identificar e apresentar os principais estudos sobre *compliance* e controle interno em periódicos nacionais e internacionais no período de 2010 a 2018.

No trabalho, levantou-se os estudos realizados no período de 2010 a 2018 sobre as palavras-chave “controle interno” e “*compliance*” de maneira na qual foi possível atingir os objetivos propostos pela pesquisa.

Verificou-se nos artigos levantados o título e resumo que compõe as palavras controle interno e *compliance*, assim elencando e analisando os principais estudos relacionados ao tema.

Na pesquisa, identificou-se os principais estudos sobre controle interno e *compliance*, conforme foi demonstrado no item 4.1, Tabela 1, tem-se a relação de artigos, autores e revistas os quais foram analisados neste trabalho.

Apresentou-se os resultados consolidados sobre os principais estudos relacionados a controle interno e *compliance*, de maneira que o estudo atingiu seu objetivo de consolidar as informações para aperfeiçoamento da ciência.

Através do Portal de Periódicos CAPES foram levantados os estudos realizados no período de 2010 a 2018 sobre as palavras-chave controle interno e *compliance*, sendo encontrados um total de 7.963 artigos, dentre os quais foram selecionados 152 para leitura de resumo e de título e ao final, 13 artigos para realização da pesquisa.

Como se trata de uma pesquisa bibliográfica, foi utilizada para análise e discussão dos resultados informações dos artigos em relação aos seus procedimentos metodológicos e temas relativos ao Setor Público.

Depois das análises e constatações iniciais, foram obtidos treze principais estudos para elaboração do trabalho, sendo em grande maioria publicações internacionais. Não obstante um número reduzido de trabalhos observa-se que possuem uma predisposição com relação às metodologias utilizadas, como pode ser observado na Tabela 8 Consolidação dos Achados Metodológicos da Pesquisa dos Artigos Estudados. Não houve uma abordagem exclusiva, contudo, tais observações possuem uma frequência relevante.

Os resultados abordados compreendem apenas trabalhos com acesso ao público. É sugerido que sejam feitas novas pesquisas com acesso específico da Universidade no portal para coleta e análise de mais materiais. Bem como se recomenda que tais pesquisas possuam novas abordagens, diferentes métodos e procedimentos para que se possa atingir o objetivo de evoluir o conhecimento na área de controles internos e *compliance* que cada vez mais são relevantes e necessários nas organizações. Tais diferenciais na pesquisa podem gerar resultados e compreensões diferentes, constituindo assim uma discussão acadêmica e prática na qual o conhecimento pode ser construído.

REFERÊNCIAS

AKUTSU, R. C. C. A.; BOTELHO, R. B. A.; SANTOS, L. L.; ZANDONADI, R. P. Cumprimento das Normas ISO 14001 e ISO 22000 por Serviços de Alimentação. **Revista de Nutrição**, v. 25, n. 3, p. 373-380, mai./jun. 2012.

ALMEIDA, M. C. **Auditoria – Um Conceito Moderno e Completo**. 1ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

ASOREY, C. C. P. The Internal Control System: Guarantee of the Achievement of Objectives. **MEDISAN**, v. 14, n. 5, p. 586-590, abr./mai. 2010.

ATTIE, W. **Auditoria Interna**. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

ATTIE, W. **Auditoria – Conceitos e Aplicações**. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

BARROS, A. J. da S.; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BCB, Banco Central do Brasil. **Princípios Fundamentais para uma Supervisão Bancária Efetiva - Comitê da Basiléia para Supervisão Bancária**, 2006. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/fis/supervisao/docs/Core_Principles_Traducao2006.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

BERGAMINI, C. W. **Psicologia Aplicada a Administração de Empresas**. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da Pesquisa Bibliográfica na Área Odontológica e o Artigo Científico Como Forma de Comunicação. **Revista Odontológica Universidade Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BOYNTON, W. C.; JOHNSON, R. N; KELL, W. G. **Auditoria**. 7ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

BRASIL₁ – A.B.B.I. – Associação Brasileira de Bancos Internacionais, 2009.

BRASIL₂ – Decreto nº 3.678/2000.

BRASIL₃ – Lei nº 12.846/2013.

BRASIL₄ – Norma Brasileira para o Exercício da Auditoria Interna, 2003.

BRASIL₅ – O.A.B./MG – Ordem dos Advogados do Brasil/Minas Gerais, 2016.

BREIER, R. **Implementação de Programas de Compliance no Setor Público É Um Desafio**, 2015. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-ago-20/ricardo-breier-compliance-setor-publico-desafio-pais>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

CANDELORO, A. P. P.; RIZZO, M. B. M. de; PINHO, V. **Compliance 360º: Riscos, Estratégias, Conflitos e Vaidades no Mundo Corporativo**. São Paulo: Trevisan Editora Universitária, 2012.

CASTRO, D. P. de. **Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público**. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

COIMBRA, M. de A.; MANZI, V. A. **Manual de Compliance: Preservando a Boa Governança e a Integridade das Organizações**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

CORDÃO, J. P.; RAMOS, P. G. O Controle Interno como Instrumento Auxiliar na Gestão Municipal: Um Estudo de Caso no Município de Confresa – MT. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, v. 13, n. 6, p. 21-36, jul./dez. 2014.

Creswell, J.W. **Research Design: Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches**. 2ª ed. California: Sage Publications, 2003.

D'AVILA, M. Z., OLIVEIRA, M. A. M. **Conceitos e Técnicas de Controles Internos de Organizações**. São Paulo: Editora Nobel, 2002.

FIGUEIREDO, R. S. **Direito de Intervenção e Lei 12.846/2013: A Adoção do Compliance Como Excludente de Responsabilidade**. Dissertação (Mestrado em Direito Público) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito, Programa de Pós-graduação em Direito, Salvador, 2015.

ROSA FILHO, C.R.; PASSOS, G. A.; SEVERO PEIXE, B. C. Governança Pública e Accountability: Uma Análise Bibliométrica das Publicações Científicas Nacionais e Internacionais. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v.15, n. 36, p.77-96, jul./set. 2018.

FILHO, D. P.; SANTOS, J. A. **Metodologia Científica**. 4º ed. São Paulo: Editora Futura, 2001.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, Apostila, 2002.

FLORENTINO, A. M. **Auditoria Contábil**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

FRANCO, H., MARRA, E. **Auditoria Contábil**. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

GADENS, G. A. Lack of Compliance : A Challenge for Digital Dermoscopy Follow-up. **Anais Brasileiros de Dermatologia**, v. 89, n. 2, p. 242-244, abr./mai. 2014.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GODOY, A. S. **Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 3, 1995.

GÓMEZ, D. M.; HERNÁNDEZ, D. M.; MARCOS, A.; MARTINEZ, S. G.; SÁNCHEZ, V. C.; VEIGA, O. L.; ZAPATERA, B. Patrones de Sedentarismo y Cumplimiento de las Recomendaciones de Salud Pública en Adolescentes Españoles: Estudio AFINOS. **Caderneta de Saúde Pública**, v. 28, n. 12, p. 2237-2244, nov./dez. 2012.

HANZEN, T. A. ; LOGUERCIO, A. D. ; MARAN, B. M. ; PAULA, A. M. ; PERDIGÃO, J. ; REIS, A. Randomized Clinical Trials of Dental Bleaching – Compliance with the CONSORT Statement : A Systematic Review. **Brazilian Oral Research**, v. 31, n. 60, p. 100-132, abr./mai. 2017.

IOSCO - International Organization of Securities Comissions. The Function of Compliance Officer, 2003. Disponível em : < <https://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD160.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

IUDÍCIBUS, S. De; MARION, J. C.; PEREIRA, E. **Dicionário de Termos de Contabilidade**. 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

JAGER, N.; BEUKES, S.; NOLTE, A. G. W. Measuring Compliance of Conducting an Occupational Health Risk Assessment in the Occupational Health Nurse's Practice. **Health SA Gesondheid**. V. 19, n. 1, p. 647-658, ago./set. 2014.

KARAKOSTAS, A.; ZIZZO, D. J. Compliance and the Power of Authority. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 124, p. 67-80, 2016.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

LOPES, I. T. The Information Compliance Indexes The Illustrative Case of Income Taxes. **Contaduría y Administración**, v. 59, n. 4, p. 11-37, out./dez. 2014.

MAEDA, B. C. **Programas de Compliance Anticorrupção: Importância e Elementos Essenciais**. In: DEL DEBBIO, Alessandra et al. (Org.). **Temas de Anticorrupção e Compliance Forense**, São Paulo, 2013.

MANZI, V. A. **Compliance no Brasil – Consolidação e Perspectivas**. 1ª ed. São Paulo: Editora Saint Paul, 2008.

MANZI, V. A. **Visão Integrada de Compliance nas Instituições**, 2009. Disponível em: <http://www.britcham.com.br/download/130509_vanessa_manzi.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2020.

MATOS, F. G. de. **Ética na Gestão Empresarial**. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

MIGLIAVACCA, P. N. **Controles Internos nas Organizações**. São Paulo: Editora Edicta, 2002.

MONTEIRO, R. P. Análise do Sistema de Controle Interno no Brasil : Objetivos, Importância e Barreiras para sua Implantação. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, n. 25, p. 159-188, mar./abr. 2015.

MORAES, B.; BREYER, T. **Compliance e a Relação com a Lei Anticorrupção**, 2016. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI243724,81042-Compliance+e+a+relacao+com+a+lei+anticorruptao>>. Acesso em: 29 mar. 2020.

MOTTA, P. R. **Transformação Organizacional: Teoria e a Prática de Inovar**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

NAKAGAWA, M. **ABC: Custeio Baseado em Atividades**. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

NASH, L. L. **Ética Nas Empresas: Boas Intenções à Parte**. São Paulo : Makron Books, 1993.

NOBREGA, P. D.; BUTTIGNOL, M.; PEREIRA, A. J.; TANJONI, R. ; ALMEIDA, E. H.; LEISNOCK, P. Efficiency in the Operational Process: Reduction of Incorrect Entries and Guarantee of Compliance in Rendering of Accounts. **Einstein**, v. 16, n. 4, p. 42, fev./mar. 2018.

OLIVEIRA, M. K. de. V. **Aprendizado e Desenvolvimento: Um Processo Sócio-histórico**. São Paulo: Editora Scipione, 1995.

PENA, A. M. N. La Efectividad de Los Criminal Compliance Programs Como Objeto de Prueba en el Proceso Penal. **Política Criminal**, v. 11, n. 22, p. 467-520, nov./dez. 2016.

PEROVANO, D. G. **Manual de Metodologia Científica**. Paraná: Editora Juruá, 2014.

RIBEIRO M. C. P.; DINIZ P. D. F. **Compliance e Lei Anticorrupção nas Empresas**, 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/205/ril_v52_n205_p87.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social – Métodos e Técnicas**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

ROSEMBERG, B., MINAYO, M. C. de S. **A Experiência Complexa e os Olhares Reduccionistas – Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2001.

SEGOVIA, O. G. Choosing to Comply with the U.S. - India Civil Nuclear Agreement. Factors Leading to State Compliance. **Revista CS**, n. 14, p. 201-242, jul./dez. 2014.

TARTUCE, T. J. A. **Métodos de Pesquisa**. Fortaleza: UNICE – Ensino Superior, 2006. Apostila.

ZANELLI, J. C. Pesquisa Qualitativa em Estudos da Gestão de Pessoas. **Estudos de Psicologia**, v. 7, p. 79 - 88, 2002.